



**X Congresso Português de Sociologia**  
*Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*  
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

**Secção/Área temática: Trabalho, Organizações e Profissões**

## **Estágios curriculares e transição para o trabalho: o caso das ciências da comunicação da ESEV/IPV**

**SOUSA, Luis Nuno.** Instituto Politécnico de Viseu

### **Resumo**

A ligação entre qualificações obtidas pelo número crescente de licenciados e exigências do mercado de trabalho vem alterando a direção e a proeminência do fenómeno do desemprego dos diplomados do ensino superior, resultando numa reestruturação da desclassificação do emprego qualificado. Neste contexto, esta reflexão pretende analisar os objetivos dos estágios curriculares, no contexto do ensino superior politécnico, como promotor de transição para o trabalho dos diplomados da ESEV. Pretende-se aferir o processo de funcionamento dos estágios curriculares, nomeadamente os procedimentos de colocação/avaliação dos estagiários, a aplicabilidade, por parte dos estagiários, das competências profissionais facultadas durante formação académica e monitorizar o processo de estágio no que respeita às tarefas realizadas e/ou avaliação das entidades recetoras, num contexto de relação formação/emprego. Suportando-nos nos resultados alcançados com a aplicação do inquérito por questionário aplicado aos finalistas de Ciências da Comunicação de ESEV (2016).

Palavras-chave: Ensino superior politécnico, estágios curriculares, transição para o trabalho, ciências da comunicação.

### **Abstract**

The link between qualifications obtained by the increasing number of graduates and labor market requirements has been changing the direction and prominence of the unemployment phenomenon of higher education graduates, resulting in a restructuring of the declassification of skilled employment. In this context, this reflection intends to analyze the objectives of the curricular internships, in the context of polytechnic higher education, as promotor of transition to the work of the ESEV graduates. It is intended to assess the process of the curricular internships, in particular the trainee placement / evaluation procedures, the trainees' applicability of the professional competences provided during academic training and to monitor the traineeship process with regard to the tasks performed and / or evaluation of the host entities, in a context of training / employment relationship. Based on the results obtained with the application of the questionnaire survey applied to the ESEV Communication Sciences finalists (2016).

Keywords: Polytechnic higher education, curricular stages, transition to work, communication sciences.

XAPS-58003

## 1 – Introdução

O investimento em educação e a obtenção de diplomas de ensino superior representam cada vez mais uma postura de risco, não garantindo a priori o acesso ao emprego. Assiste-se a um progressivo prolongamento temporal do processo de transição e passagem à vida adulta por parte dos jovens licenciados, consequência *direta* do aumento da competitividade no mercado de trabalho, das taxas de desemprego e da instabilidade laboral, e ainda pela incompatibilidade, cada vez mais frequente, entre qualificações adquiridas, saídas profissionais e expectativas pessoais.

Os diplomados são predominantemente sujeitos a novas formas de emprego, cada vez mais caracterizadas pela precariedade contratual e incerteza face ao futuro profissional. O trabalho representa uma condição de integração, seleção ou exclusão dos indivíduos nas sociedades, o que implica que a problemática da transição para o trabalho, por parte dos diplomados do ensino superior, extravase os parâmetros puramente funcionais do (des)emprego.

O diploma, representa simplesmente uma característica individual, perante fatores mais discriminatórios, como são as características pessoais (o género, a origem social), as políticas de gestão de pessoal (a duração dos primeiros empregos, a utilização de diferentes tipos de contratos, os períodos experimentais, as medidas de apoio aos mais jovens), as estratégias de procura de emprego e a utilização de certos canais de informação sobre o mercado de trabalho e o espaço (o território é central, até porque a mobilidade geográfica é um fator cada vez mais ligado a este processo), os aspetos sociodemográficos (país/região), a experiência educacional, o número de anos de educação superior, a educação/formação contínua, os modos de aprendizagem e de ensino, as competências e timing da graduação, são fatores que influenciam a decisão ocupacional, depois da graduação.

As linhas de orientação da organização da transição profissional circunscrevem a sua efetiva organização (estado/empresas/indivíduos), estruturam todo tipo de mercados, implicam uma diversidade de situações de trabalho, dependem da transformação das condições de aquisição de saberes e saberes-fazer e contribuem para a regulação sociopolítica das populações desempregadas ou inativas.

Apresenta-se, assim, como um processo cada vez mais longo e complexo, acarretando a assunção de estatutos instáveis, com percursos e modos de transição diferenciados e fortemente estruturados pelas empresas e poderes públicos, além do inevitável contexto formativo e familiar. Face a isto, encontra-se fortemente ligada aos

movimentos económicos e à representatividade e incidência do desemprego, bem como às questões relativas ao mercado de trabalho local e nacional.

Desta forma, diversos atores e intervenientes diretos entrecruzam-se neste movimento, delimitam informação, oportunidades, acesso, trajetos e hipotéticas carreiras profissionais, ultrapassando as questões económicas e revelando-se, cada vez mais, como um fator de estratificação social e de integração ou exclusão social.

## 2 – Enquadramento teórico

A criação do sistema de ensino superior binário está associada à reforma de Veiga Simão e a sua implantação procura responder à necessidade de constituir novos estabelecimentos de ensino superior, face à procura crescente do ensino secundário, consequência da obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico. Este alargamento no número e génese do ensino superior procurava facilitar a sua democratização, expansão, regionalização e diversificação.

A sua implementação foi tortuosa, “(...) *pode-se mesmo afirmar que esta expansão tem sido feita sobretudo na base dos cursos de formação de professores das Escolas Superiores de Educação.*” (Cruz; Cruzeiro, 1995:39). Contudo, as “(...) *perspetivas oferecidas pelo politécnico estão por isso longe de corresponder quer às representações sociais que grande parte dos candidatos ao ensino superior e respetivas famílias têm deste nível de ensino, quer às aspirações produzidas e incorporadas por uma frequência prolongada da escola. Daí que não sejam de estranhar as reservas com que esta variante do ensino superior foi inicialmente acolhida por parte da maioria dos estudantes, que continuam a manifestar uma clara preferência pelos cursos universitários (...)*” (Vieira, 1995: 336-337).

Resende e Vieira (1992), demonstram mesmo que os estudantes do ensino politécnico apresentam características distintas das das universidades, sendo oriundos, maioritariamente, das classes médias regionais (urbanas e não urbanas) e de outros grupos sociais tradicionalmente afastados da cultura escolar. Contrariamente, nas universidades a origem social, apesar de diversificada, tem forte expressão nos círculos sociais das grandes cidades e das regiões detentoras de maiores recursos económicos e culturais, “(...) *o politécnico é, nesta perspetiva, claramente o mais aberto no recrutamento social.*” (Martins, Mauritti e Costa, 2005: 38).

Vários estudos como Cabrito (1997), Balsa *et al* (2001), Machado *et al* (2003), comprovam que a origem social possui papel central nas trajetórias académicas dos mais jovens, assim, o ensino superior politécnico é frequentado, tendencialmente, por jovens originários de famílias com menores recursos económicos e socioeducativos, como comprova a regionalização da procura, projetos e percursos profissionais e sociais.

Ainda hoje, como podemos verificar em Ellersgaard (2015), Savage (2015) a nível internacional ou Santos (2015) a nível nacional, o capital social económico e cultural dos progenitores continua a exercer uma influência significativa nas opções académicas e profissionais dos seus filhos, permitindo estabelecer-se uma relação direta entre trajetórias sociais, académicas e profissionais e entre reprodução social e profissional. Esta situação foi corroborada em diversas análises sobre os diplomados (2003); (2010); (2014), onde maioritariamente o acesso a um diploma de ensino superior não tinha permitido movimentos evidentes de ascensão social.

Para Teichler (2005), em todas as sociedades observam-se controvérsias à volta da conotação de educação e do seu papel instrumental, como forma de assegurar o feito económico individual e social. Amaral e Teixeira (2000), referem-na como um instrumento de modernização social e promoção de mobilidade social. Lahire (2005) afirma mesmo que nos níveis de escolaridade mais elevados a variação das possibilidades de admissão em função das classes sociais é superior, a disparidade de oportunidades é assim mais intensa e visível no ensino superior.

Galland (1991) considerava inevitável a tendência para um aumento da procura de formação pós-ensino superior, estendendo temporalmente as trajetórias escolares e a entrada na vida adulta. Estas circunstâncias vão afetar, sobretudo, os que progressivamente vêm um dos únicos veículos de ascensão social ser inflacionado. Já Boudieu (1979) afirmava que o aumento do número indivíduos com títulos escolares é mais rápido do que o aumento no número de posições aos quais esses títulos permitem aceder.

Com esta evolução e mais recentemente com a aplicação do processo de Bolonha no ensino superior em Portugal, verifica-se um aumento e diversificação da oferta de cursos superiores, reduzindo, contudo, em muitos empregadores, a confiança relativamente à qualidade formativa. Germe (2001) refere que o grau obtido deixa de representar exclusivamente o valor de referência, a comparação entre estabelecimentos

onde o mesmo foi obtido, a reputação e a diferenciação entre instituições tornar-se-ia cada vez mais importante.

A importância estatutária da instituição formadora aparece, face a este contexto, com importância renovada. Já Vieira (1995) ou mais recentemente Alves (2007) referiam que a determinação da cotação atribuída a uma dada instituição escolar é, pelo menos em parte, reflexo da sua história, qualidade das provas dadas, propriedades dos cursos e saberes oferecidos e valor social daqueles que a frequentam, elementos pelos quais passa o seu processo de identificação.

A determinação do seu prestígio reflete ainda a sua localização no espaço geográfico. Consequentemente, “(...) as áreas «nobres» do sistema de ensino são também as que mais oportunidades conferem em termos de reprodução do capital escolar (...)” (Cruz e Cruzeiro, 1995: 88).

Este movimento é sobredimensionado com a expansão da oferta de ensino e consequente necessidade de captação de novos públicos, por parte do sistema de ensino superior. Wolbers (2006) refere-se ao surgimento dos estudantes a tempo parcial e Finocchietty (2004) aos estudantes em *part-time*. Para Béduwé (2004) representam a efetiva democratização do ensino superior, refletindo contextos sociais de origem e consequentes novas necessidades de financiamento por parte dos estudantes, face a um inevitável movimento de inflação escolar.

Podemos afirmar que a abertura do curso de Comunicação Social (1995) na Escola Superior de Educação de Viseu, exterioriza indiretamente este movimento. Por um lado inaugura uma alteração da orientação da oferta formativa da ESEV para as áreas das Ciências da Comunicação (movimento que se tornou comum na 1ª década do séc. XXI quer em Politécnicos (Ex: ES Educação e Comunicação de Coimbra), mas também em Universidades - Ex: FLUP), por outro, reflete mudança de paradigma nas ESE's do país, consequência da evidente regressão na procura/oferta de cursos de professores e de vários fatores de cariz económico, social e demográfico.

O ensino superior em Portugal tem vindo a sofrer mudanças significativas com a instituição da avaliação, o aumento da competitividade institucional, de produção científica e de captação de financiamento (saliente-se passagem de universidades a fundações). Verificou-se, nas últimas décadas, uma queda abrupta da oferta educativa nas áreas da educação (licenciaturas, extinção dos complementos de formação e profissionalizações em serviço) colocando novos desafios à oferta formativa das escolas superiores de educação do país. Implantou-se o processo de Bolonha no ensino

superior em Portugal e as formações ganharam novas configurações: (licenciaturas de 3 anos) e oferta de 2ºs e 3ºs ciclos, aspeto que, ainda, diferencia Universidades e Politécnicos.

A dicotomia Universidade e Politécnico sempre existiu. No início da última década do século XX, Resende e Vieira (1992), já demonstravam que os estudantes do ensino politécnico apresentavam características distintas das das universidades, sendo oriundos, maioritariamente, das classes médias regionais (urbanas e não urbanas) e de outros grupos sociais tradicionalmente afastados da cultura escolar. Nas universidades a origem social, apesar de diversificada, tem forte expressão nos círculos sociais das grandes cidades e das regiões detentoras de maiores recursos económicos e culturais, “(...) o *politécnico* é, nesta perspectiva, claramente o mais aberto no *recrutamento social*.” (Martins, Mauritti e Costa, 2005: 38).

Vários estudos como Cabrito (1997), Balsa *et al* (2001), Machado *et al* (2003), comprovam que a origem social possui papel central nas trajetórias académicas dos mais jovens. O contexto social dos diplomados é central no conceito de transição para o trabalho. Este conceito surge para tentar enquadrar um quadro empírico que é caracterizado progressivamente por uma diversificação das formas de desemprego, pela precarização de emprego face a uma crescente mão-de-obra qualificada e a uma progressiva recomposição do sistema produtivo concorrencial. Materializa uma evidente tentativa de aproximação conceptual às efetivas características e contingências de instabilidade que, o processo de acesso ao mercado de trabalho, sobretudo por parte dos mais jovens, tem ganho na maioria dos países europeus.

Originário de Rose (1987; 1998) a transição para o trabalho é vista como um processo organizado pelo Estado, empresas, indivíduos e famílias, estruturando todo o tipo de mercados. Implica uma diversidade de papéis e depende das transformações das condições de aquisição de saberes e saberes-fazer. O autor chama, desta forma, à atenção para a existência de uma complexidade de atores e processos que têm que ser enquadrados na análise deste processo.

Na primeira década do século XXI acentua-se o interesse no relacionamento entre o ensino superior e o mundo do trabalho. A realidade laboral apresenta desafios de crescente complexidade, pelo que o simples acesso aos diplomas já não resolve, *per si*, o problema do acesso à vida ativa. As questões relacionadas com o percurso educacional dos indivíduos, com a experiência profissional e redes sociais às quais os mesmos têm acesso, apresentam-se como fundamentais no sucesso deste processo. Os

recursos aos quais os jovens têm acesso, bem como as suas trajetórias e posturas individuais, têm que ser tidas em consideração neste processo de transição para o trabalho. A questão que importa colocar é se, efetivamente, o capital social continua a representar um fator de desigualdade social, face à complexidade do processo de transição para o trabalho, tendo presente os diferentes atores implicados neste processo.

Podemos afirmar que a abertura do curso de Comunicação Social (1995) na Escola Superior de Educação de Viseu inicia uma alteração da orientação da oferta formativa da ESEV para as áreas das Ciências da Comunicação (movimento que se tornou comum na 1ª década do séc. XXI quer em Politécnicos, mas também em Universidades. As Ciências da comunicação (Comunicação Social e Publicidade e Relações Públicas) representam, atualmente, cerca de 40% de entradas anuais na ESEV nos últimos anos letivos, o que justifica a sua pertinência analítica.

Nos anos letivos 2015/2016-2016/2017 das 328 vagas existentes nas ofertas de 1º ciclo, 131 vagas (40%) correspondiam a estes 2 cursos. Paralelamente, a recentemente abertura de cursos de Técnicos superiores profissionais, comprovam a tentativa de inverter esta regressão da procura/oferta formativa ao nível dos 1ºs ciclos na ESEV.

Todas estas alterações surgem como uma resposta à regressão da procura dos cursos das áreas da educação, mais especificamente a de formação de professores, juntando-se à extinção dos cursos de Profissionalização em serviço e Complementos de formação (que tinham caracterizado as ESE'S no final do século XX e inícios do século XXI).

Este movimento é muito comum nas diversas ESE'S do país (efeito “espelho”), consequência da oferta formativa similar entre instituições e espaços geográficos, refletindo, paralelamente, uma competitividade crescente pelos recursos demográficos disponíveis, face a uma crescente oferta de vagas no ensino superior português nos últimos anos.

Paralelamente, com a implantação do processo de Bolonha verifica-se uma inevitável reestruturação das formações académicas, salientando-se a durabilidade das licenciaturas (redução para 3 anos), o que impulsiona a promoção dos 2ºs ciclos.

### **3 – Metodologia**

Tendo presente o contexto social que circunscreve os alunos do Ensino Superior Politécnico, os estágios curriculares detêm particular pertinência no processo de transição para o trabalho dos futuros diplomados. A inclusão de estágios curriculares nas estruturas formativas dos 1ºs ciclos dos cursos do Ensino Politécnico constituem,



desde sempre, uma das características mais evidentes do ensino tendencialmente profissionalizante facultado e, simultaneamente, uma das particularidades mais distintivas relativamente ao congénere universitário.

Consequentemente, procurou-se verificar a postura dos finalistas de Comunicação Social e Publicidade e Relações Públicas (2016) no que respeita a esta problemática. Apresentamos aqui, objetivamente, os principais resultados do por questionário, nomeadamente no que respeita aos critérios de escolha e avaliação do estágio; importância do estágio na formação académica e futuro profissional; competências mais valorizadas no exercício dos estágios; compatibilidade entre formação académica, estágio realizado, representações e expectativas profissionais/sociais face ao diploma e, por fim caracterizamos a situação profissional dos finalistas no último ano do curso.

Foram aplicados e validados 101 inquéritos, aplicados entre o dia 3 e 14 Julho de 2016, na ESEV, conseguindo abarcar mais de 90% dos inscritos com condições de terminar a sua licenciatura.

#### **4 - Resultados**

Procedemos, primeiramente, ao enquadramento do contexto sociogeográfico dos inquiridos, não existindo distinção entre os dois cursos em análise: São sobretudo jovens (92,1% encontram-se na faixa etária dos 20-24 anos) do género feminino (73,3%) o que representa uma confirmação de uma feminização progressiva do ensino superior em Portugal. Consequentemente, 99% afirmam ser solteiros e 80% assumem que continuam a viver com os progenitores. Estes dados permitem-nos equacionar o efetivo adiamento da entrada na vida adulta e o suporte facultado pelo modelo de proteção familiar continental, característica dos países do sul da Europa (Galland, 1995).

A sua origem geográfica situa-se sobretudo no distrito de Viseu (61,4%), comprovando o já enunciado movimento de procura regional da educação, sendo que os restantes são originários, maioritariamente, dos distritos limítrofes (Guarda/Aveiro/Coimbra). Relativamente ao seu contexto social, são oriundos de classe com baixos recursos socioeconómicos, salientando-se a representatividade dos Empregados Executantes e Operariado com 23,7% e os Assalariados Executantes Pluriativos com 18,4%.

No que respeita às motivações de acesso e às razões de escolha do curso, salienta-se que 73,3% refere a satisfação e realização pessoal e 56% assume que permitirá o acesso

a uma profissão qualificada. A escolha do curso foi, sobretudo, uma opção de carácter pessoal, sendo que a identificação com a área científica da formação frequentada surge em segundo plano. Estes resultados enquadram-se em análises anteriores sobre os diplomados do IPV (Sousa, 2003; 2011).

Quanto aos critérios de escolha do local/entidade de estágio, a principal razão na escolha do local de estágio, por parte dos finalistas, é a proximidade geográfica com a área de residência, com um valor de 42,6%, o que poderá refletir os contextos socioeconómicos que caracterizam grande parte destes alunos. Contudo, o facto de estagiar perto da área de residência pode significar, paralelamente, um acesso mais direto a redes sociais e familiares, como forma de apoio ao processo de procura e acesso a um emprego regular.

Os finalistas reconhecem que o estágio realizado é muito importante (84,2%) ou importante (12,9%) na sua formação académica. Justificam esta tomada de posição assumindo que o mesmo permite sobretudo: Aplicar/Aprofundar conhecimentos profissionais e pessoais (49,5%) e o Contacto com realidade laboral (44,6%).

No que respeita às competências mais valorizadas/utilizadas durante o estágio salientam-se a importância da: Capacidade de análise, de síntese, organização e resolução de problemas (94,1%); Capacidade de trabalho individual e em grupo (99%); Aplicação de conhecimentos em ambiente laboral (91,1%); Domínio das tecnologias da informação e da comunicação (93,1%). Estes dados permitem comprovar a valorização, sobretudo, das competências transversais.

Relativamente à questão da compatibilidade entre estágio exercido e formação académica frequentada, numa escala de 1 a 5, em que 5 representava o valor máximo: foram obtidas médias globais de 3,8 valores no que respeita aos seguintes indicadores: Aproveitamento das qualificações académicas: 40,6% nível 4; 26,7% nível 5; Processo de colocação: 37,6% nível 4; 29,7% nível 5. Paralelamente, verificaram-se médias mais elevadas de 4,1 valores nos restantes indicadores relativos às orientações de estágio e ao nível de integração na empresa/organização de estágio, não existindo, relativamente a estas variáveis, discrepância de posição entre os finalistas dos dois cursos em análise: Orientações ESEV - 37,6% nível 4; 44,6% nível 5; Orientações e local de estágio - 30,7% nível 4; 47,5% nível 5; Integração no local de estágio - 31,7% Nível 4; 56,4% nível 5.

Quando questionados sobre o nível de habilitações mínimas para o desempenho das tarefas no estágio, 84,2% dos finalistas assume que as tarefas realizadas durante o

estágio exigiam uma licenciatura. Relativamente ao que consideram mais importante para aceder ao 1º emprego, os finalistas dos cursos analisados assumem que é fundamental possuir as competências/perfil adequado (52,5%) e assumem a importância que tem a realização de um estágio profissional (41,6%) durante o curso.

No que respeita às representações sobre a importância da obtenção de um diploma, os finalistas assumem que poderá permitir: possibilidade de encontrar emprego (95%); Progressão na carreira (94%); Aumento do estatuto profissional (88,1%); Estabilidade profissional (83,2%); Emprego na área de formação (83,2%); Salário e proveitos materiais (78,2%). Revelam, assim, expectativas elevadas no que respeita à obtenção do grau de licenciado. Somente o Aumento do estatuto social (53,5%) revela valores mais baixos, apesar de 90,1% assumir que poderá permitir uma melhoria do nível de vida – reflexo das origens sociais baixas?

Quanto à disponibilidade para assegurar/consolidar carreira profissional os finalistas assumem que aceitariam: Horário flexível – 97%; contrato a termo certo – 94,1%; contrato temporário – 84,2%; exercer numa área que não a da formação académica – 87,1%; exercer um emprego noutra área geográfica – 88,1% (70% no estrangeiro); exercer uma atividade que não exija formação superior – 79,2%. Estas posturas revelam uma disponibilidade evidente para o exercício do trabalho, o que poderá reforçar a questão equacionada no ponto anterior.

Por fim, tendo presente o peso que os trabalhadores estudantes sempre tiveram no ES Politécnico, seria importante analisar a situação perante o trabalho no último ano: 74,3% são estudantes a tempo inteiro; 16,8% executam trabalhos ocasionais e 7,9% são trabalhadores estudantes. Estes dados representam, efetivamente, uma diminuição da representatividade dos trabalhadores-estudantes no IPV, face a inquéritos anteriores (2001/2008/2009/2016). Poderemos afirmar que, uma das principais características da 1ª década do século XXI, a representatividade da geração menos qualificada das décadas de 70/80, diminui, inevitavelmente, a sua representatividade no ensino superior politécnico. Este movimento comprova a necessidade da procura de novos públicos, prolongamento das trajetórias académicas e formas de financiamento, por parte dos jovens – proliferação dos estudantes -trabalhadores?

Os finalistas trabalhadores estudantes exercem sobretudo profissões pouco qualificadas na área comercial (empregado de balcão/caixa/vendedor) e industrial (servente de obras/operário industrial); trabalham sobretudo por conta de outrem; a tempo parcial; em entidades de pequena dimensão (1 a 10 trabalhadores) e com vínculos

e rendimentos precários (estagiário/contrato a termo com rendimentos líquidos até 600 euros). Estes finalistas assumem, ainda, que a obtenção do diploma não será relevante para a melhoria da situação profissional detida.

## **Conclusões**

Os estágios curriculares são reconhecidos pelos finalistas como uma etapa fundamental na sua formação académica, avaliando de forma muito positiva os mesmos. Representam, paralelamente, ao nível formativo, o exemplo mais evidente da índole profissionalizante do ensino superior politécnico. A escolha dos locais de estágio evidencia que o contexto social, geográfico e económico de origem detém particular importância neste processo (mais de 40% possui como 1º critério de escolha a proximidade da sua área de residência), juntando-se ao movimento de procura regional de educação que caracteriza o acesso ao ensino superior em Portugal.

No exercício dos estágios, os finalistas revelam que são mais valorizadas pelas entidades recetoras as competências transversais (Cabral-Cardoso *et al*, 2006), situação que tem que ser contextualizada pela durabilidade do mesmo (2 a 3 meses) e a diversidade e áreas dos locais de estágio. A realização de um estágio durante a formação académica, poderão desempenhar um papel importante no processo de transição ao trabalho, sobretudo no que respeita ao acesso ao 1º emprego, tendo presente os contextos socioeconómicos que caracterizam os alunos. Esta situação poderá explicar as elevadas expectativas dos finalistas sobre a importância e o simbolismo do diploma na melhoria da sua vida e condição social futura.

Quanto à disponibilidade para o trabalho, os finalistas revelam uma abertura/disponibilidade significativa, mas também, elevadas expectativas quanto à rentabilização profissional futura do seu diploma. Estas posições refletem, porventura, a consciencialização das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho que enfrentam as novas gerações, bem como o contexto social de origem dos finalistas.

Os trabalhadores estudantes diminuem progressivamente a sua representatividade na ESEV, refletindo uma inflexão de um dos movimentos mais característicos do ensino politécnico em Portugal. Evidenciam igualmente situações profissionais de elevada precariedade e poucas expectativas que a obtenção do diploma altere significativamente estas trajetórias. Neste processo, os finalistas com experiência/atividade profissional regular/parcial apresentam-se como os mais céticos quanto à efetiva rentabilização

profissional futura do investimento na educação de índole superior e na obtenção de um diploma.

### **Nota**

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

### **Bibliografia**

Alves, M. G., (2007), *A Inserção profissional de diplomados do Ensino Superior*, Lisboa, FCT.

Amaral, A; Teixeira P., (2000), “The rise and fall of the private sector in Portuguese higher education”, *Higher Education Policy*, Nº13, P. 245-266.

Arroteia, J. C., (2002), *O Ensino Superior Politécnico em Portugal*, Aveiro, UA.

Balsa, C. et al, (2001), *Perfil dos estudantes do ensino superior. Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Colibri/CEOS.

Barreto, A., (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, ICS.

Béduwé, C; Giret, J. F., (2004), “Le travail en cours d’études a-t-il une valeur professionnelle?”, *Économie et Statistique*, Nº 378-379, P. 55-79.

Bourdieu, P; Passeron, J.C. (S/D), *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Veja.

Bourdieu, P., (1979), *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Cabral-Cardoso, C; Estêvão, C; Silva, P., (2006), *Competências transversais dos diplomados do Ensino Superior – Perspectiva dos Empregadores e Diplomados*, Guimarães, TecMinho.

Cabrito, B. G., (1997), “A equidade no sistema universitário português: da universalidade do discurso à contradição das práticas”, *Análise Psicológica*, NºXV, 1, P.33-45.

Costa, A. F., (2000), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.

- Cruz M. B; Cruzeiro, M. E. e Matias, N., (1992), *A PGA e os Estudantes Ingressados no Ensino Superior*, Lisboa, ME.
- Cruz, M. B; Cruzeiro, M. E., (1995), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal – Situação e problemas de acesso*, Lisboa, ME.
- Ellersgaard, C. ET AL. (2015), “Data exchange Network: The Danish Elite Network.” *Connections* 35, no. 1.
- Finocchietti, G., (2004), “Students and Universities in Italy in the age of reform”, *European Journal of Education*, Nº 39, 4, P. 459-469.
- Galland, O., (1991), *Sociologie de la Jeunesse. L’entrée dans la vie*, Paris, Armand Collin.
- Galland, O.; Gautié, J., (1995), “La jeunesse en Europe”, *Futuribles*, Nº 196, PP. 65-72.
- Galland, O.; Oberti, M., (1995a), *Les étudiants*, Paris, La Découverte.
- Galland, O., (2000), “Entrer dans la vie adulte : des étapes toujours plus tardives mais resserrées”, *Économie et Statistique*, Nº 337-338, P. 13-32.
- Germe, J. F., (2001), “Au-delà des marchés internes: quelles mobilités, quelles trajectoires?”, *Formation-Emploi*, Nº 76, P. 129-145.
- Gomes, Rui Machado, (2015), *Fuga de cérebros – Retratos da emigração portuguesa qualificada*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Grácio, S., (1986), *Política Educativa como Tecnologia Social: as reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Lisboa, Livros Horizontes.
- Lahire, B., (2005), “Patrimónios Individuais de Disposições - Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº 49, P. 11-42.
- Machado, F. L. ET AL, (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades, e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 66, P. 45-80.

- Resende, J; Vieira, M. M., (1992), “Entre a autonomia e a dependência: a realidade do sistema de ensino superior politécnico em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, N° 11, P.89-110.
- Santos, M. (2015) *A inserção profissional dos diplomados em Direito: das trajetórias profissionais às manifestações de identificação profissional*, Tese de doutoramento, FLUP.
- Savage, Mike ET Al, (2015), *Social class in the 21st century*, Pelican.
- Sousa, L., (2003), *Transição ao trabalho: interioridades, desafios ou descontinuidades - O Caso do curso de Comunicação Social da E.S.E.V.*, Dissertação de Mestrado, ISCTE.
- Sousa, L. (2011). *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento. Porto: FLUP.
- Tavares, D. Et Al, (2008), “Student’s Preferences and needs in Portuguese Higher Education”, *European Journal of Education*, Vol. 43, N° 1, P. 107-122.
- Teichler, U., (2005), *Graduados y empleo: investigación, metodología y resultados – Los casos de Europa, Japón, Argentina e Uruguay*, Buenos Aires, Niño y Dávila Editores.
- Wolbers, M. H. J., (2006), “Learning and Working: Double Statuses in Youth Transitions”, in: MÜLLER W; GANGL, M., (Eds), (2006), *Transitions from Education to Work in Europe – The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press, P. 131-155.
- Vieira, M. M., (1995), “Transformação recente no campo do ensino superior”, *Análise Social*, Vol. XXX (131-132), P. 315-373.